

Renan defende agenda do Senado e da Câmara em favor do país

O crescimento do país e a melhoria das condições de vida da população são temas prioritários, segundo o presidente do Senado, Renan Calheiros. Ele conversou com o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo

Chinaglia, e com o presidente Lula sobre a elaboração de “uma agenda do país”. Renan participou no Palácio do Planalto do lançamento da Política de Desenvolvimento da Biotecnologia. **Página 3**



Renan cumprimenta Lula, ao lado da primeira-dama Marisa Letícia e de Arlindo Chinaglia

Ricardo Stuckert/PR

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Ano XIII – Nº 2.531 – Brasília, sexta-feira, 9 de fevereiro de 2007

Jane Araújo



José Cruz/ABR

Marconi Perillo (D), ao lado de Delcídio Amaral, diz que debate com Dilma (foto menor) é essencial para esclarecer desdobramentos do PAC

Dilma vai debater o PAC com senadores

Ministra da Casa Civil aceita convite da Comissão de Infra-Estrutura, sugerido por Marconi Perillo, para participar de audiência na próxima quinta-feira

A proposta do presidente da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI), Marconi Perillo, de convidar a ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, para discutir o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) foi apoiada por todos os senadores presentes à reunião da CI. Marconi pretende levar a comissão aos estados para debater questões com os

governadores em todas as regiões. Em Plenário, diversos senadores se manifestaram a respeito do programa de crescimento. A Comissão de Infra-Estrutura decidiu ainda convidar os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, das Cidades, Márcio Fortes, e do Meio Ambiente, Marina Silva, para discutir a situação dos metrô e da usina de Belo Monte. **Página 4**

Diploma reconhece a luta de cinco brasileiras

Cinco mulheres e suas lutas em defesa dos direitos femininos estão sendo reconhecidas pelo Senado.

Elas vão receber o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz, nome da líder feminina nascida no fim do século 19.

A senadora Serys Slhessarenko disse que as escolhidas representam as lutadoras anônimas do país. **Página 2**

Licença-maternidade de seis meses entra na pauta

Projeto que amplia licença-maternidade será discutido em audiência pública na Comissão de Direitos Humanos. **Página 7**



Célio Azevedo



Entre Mesquita Júnior (E) e Augusto Botelho, Serys destaca os currículos das 50 candidatas ao prêmio

Edição deste ano homenageia Ivana Farina, Maria Yvone Loureiro, Sueli Batista dos Santos, Moema Libera Viezzer e Beatriz Moreira Costa

Conselho anuncia premiadas com o Diploma Bertha Lutz

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz escolheu, em reunião realizada ontem, as cinco mulheres que serão homenageadas na sexta edição da condecoração. Elas receberão o diploma no dia 8 de março, em sessão solene do Congresso. Foram eleitas Ivana Farina Navarrete Pena, de Goiás; Maria Yvone Loureiro Ribeiro, de Alagoas; Sueli Batista dos Santos, de Mato Grosso; Moema Libera Viezzer, do Paraná; e Beatriz Moreira Costa, do Rio de Janeiro.

O prêmio foi instituído pela Mesa do Senado em 2001 como forma de homenagear mulheres de todo o país que tenham prestado relevantes serviços na defesa dos direitos femininos. A presidente do conselho, Serys Shlessarenko (PT-MT), ressaltou que a escolha foi complicada.

– São 50 currículos brilhantes. Essas cinco representam todos os outros currículos e as lutadoras

anônimas do Brasil – disse.

Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), vice-presidente do conselho, afirmou que o prêmio tem importante simbologia, pois sinaliza para a conscientização do papel de mulheres que atuam em prol da sociedade, e nem sempre são reconhecidas.

Bertha Maria Júlia Lutz nasceu em São Paulo, em 2 de agosto de 1894. Ela é conhecida como a maior líder na luta pelos direitos políticos das mulheres brasileiras por ter sido responsável pela aprovação da legislação que lhes outorgou o direito de votar e serem votadas.

O Conselho do Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz é composto ainda pelos senadores Papaléo Paes (PSDB-AP), Roseana Sarney (PMDB-MA), Lúcia Vânia (PSDB-GO), Augusto Botelho (PT-RR), Sérgio Zambiasi (PTB-RS), Magno Malta (PR-ES) e Patrícia Saboya (PSB-CE).



Entre Geraldo Mesquita (E) e Augusto Botelho, Serys ressaltou que foi uma escolha difícil “entre 50 candidatas com currículos brilhantes”

Cinco líderes na luta pelos direitos da mulher

As cinco homenageadas este ano com o Diploma Mulher-Cidadã Bertha Lutz foram escolhidas entre 50 candidatas das mais diversas profissões. Veja quem são as premiadas:

Ivana Farina Navarrete Pena: moradora de Goiânia, é bacharel em Economia e Direito. Promotora de Justiça, sempre atuou em defesa da justiça social. Participa do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana e é diariamente confrontada em seu trabalho por aqueles que adotam atitudes que violam direitos, geralmente em ações de abuso. Ivana foi indicada pela senadora Lúcia Vânia e por Pedro Sérgio Steil, presidente do Conselho Nacional dos Procuradores-Gerais do Ministério Público.

Maria Yvone Loureiro Ribeiro: reside em Maceió e é servidora da Secretaria de Planejamento e Orçamento do estado. Economista, tem uma trajetória de luta contra a ditadura e em prol dos direitos humanos. Foi

perseguida pela ditadura militar e teve seu marido assassinado no Departamento de Ordem Política e Social. Empenhou-se no abrigo de foragidos e ativistas políticos e ajudou a fundar a Sociedade Alagoana de Defesa dos Direitos Humanos. Foi indicada pela então senadora Heloísa Helena.

Moema Libera Viezzer: moradora de Toledo (PR), é doutoranda em Comunicação, mestre em Ciências Sociais e graduada em Belas Artes. É considerada uma das figuras mais importantes do país em educação para novas relações de gênero e proteção ao meio ambiente. Atua junto a grupos de base, empresas que desenvolvem programas de responsabilidade socioambiental e órgãos governamentais. Moema foi indicada por Rose Marie Muraro, Yonissa Marmitt Wadi, Elizabeth Maia, Beatriz Regina Silva, Sandra dos Santos e Margaret Maran.

Sueli Batista dos Santos: cuiabana, é jornalista e fundadora

do primeiro jornal feminino de Mato Grosso e da Associação de Mulheres de Negócio de Cuiabá. Articulou a parceria da associação com a Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres, da Presidência da República, que culminou em programas de incentivo ao empreendedorismo. Realiza trabalhos com foco em responsabilidade social. Foi indicada por Beatriz Zanella Fett.

Beatriz Moreira Costa: moradora do Rio de Janeiro, é conhecida como Mãe Beata de Iemanjá. É sacerdotisa suprema dos candomblés de origem ketu-iorubá, escritora, atriz e artesã. Desenvolve trabalhos relacionados à educação, à saúde, ao combate ao sexismo e ao racismo. É fundadora da Casa das Águas dos Olhos de Oxossi. Iniciou o projeto social Ação e Viver, com a participação de jovens carentes da região. Foi indicada por Lúcia Castro e Nilcéa Freire, ministra da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres.

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário

Os senadores promovem sessão não-deliberativa, às 9h. Não há votação de projetos, mas somente pronunciamentos de parlamentares e avisos da Mesa diretora e das lideranças partidárias. Os primeiros oradores inscritos para discursar na tribuna são os senadores Marco Maciel (PFL-PE) e Eduardo Suplicy (PT-SP).

Cândido Portinari

A TV Senado apresenta, às 23h, *Portinari, poeta da cor*, um documentário sobre a trajetória do artista. Com a participação de Patrícia Pillar e Geraldo Morales, tem direção de Maria Maia e produção de Déa Barbosa e Mayra Cunha. Reprises amanhã, às 16h e 21h30, e domingo, às 21h.

JORNAL DO SENADO

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: Renan Calheiros

1º Vice-Presidente: Tião Viana

2º Vice-Presidente: Alvaro Dias

1º Secretário: Efraim Morais

2º Secretário: Gerson Camata

3º Secretário: César Borges

4º Secretário: Magno Malta

Suplentes de Secretário: Papaléo Paes, Antônio Carlos Valadares, João Claudino e Flexa Ribeiro

Diretor-Geral do Senado: Agaciel da Silva Maia

Secretário-Geral da Mesa: Raimundo Carreiro Silva

COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor da Secretaria Especial de Comunicação Social: Armando S. Rollemberg

Diretor de Jornalismo da Secretaria Especial de Comunicação Social: Helival Rios

Diretor do Jornal do Senado: Eduardo Leão (61) 3311-3333

Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, Iara Altafin, Janaína Araújo, José do Carmo Andrade e Juliana Steck

Diagramação: Henrique Eduardo Lima de Araújo e Iracema F. da Silva

Revisão: Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida e Miquéas D. de Moraes

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Humberto Sousa Lima

Arte: Cirilo Quartim e Bruno Bazílio

Arquivo fotográfico: Elida Costa (61) 3311-3332

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso Alves (61) 3311-3333

AGÊNCIA SENADO

Diretora: Valéria Ribeiro (61) 3311-3327

Chefia de reportagem: Denise Costa e Davi Emerich (61) 3311-1670

Edição: Rita Nardelli e Flávio de Mattos (61) 3311-1151
O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte. Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações

Site: www.senado.gov.br - E-mail: jornal@senado.gov.br

Tel.: 0800 61-2211 - Fax: (61) 3311-3137

Praça dos Três Poderes, Ed.- Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida pelos senadores Renan Calheiros, Alvaro Dias, Valter Pereira e Flexa Ribeiro



Plenário acolhe proposta sugerida pela Comissão Parlamentar de Inquérito dos Bingos

Aprovado projeto que permite a estados e DF explorar loterias

O Plenário aprovou ontem projeto que autoriza estados e o Distrito Federal a explorar loterias, como modalidade do serviço público, no âmbito dos seus territórios. A exploração poderá ser efetuada diretamente pelo governo de cada estado ou mediante concessão. A matéria vai agora ao exame da Câmara dos Deputados.

Oriunda da CPI dos Bingos, a proposta (PLS 278/06) determina que as loterias criadas serão submetidas à prévia aprovação da Caixa Econômica Federal. E ainda que as loterias estaduais não poderão ter características semelhantes aos produtos já oferecidos pela Caixa.

Do produto da arrecadação das novas loterias, 25% serão destinados ao fomento do desporto, à seguridade social e a outros programas sociais de interesse público. Outros 45% serão destinados à premiação bruta, estabelece ainda a proposição.

Emigração

O Senado também aprovou ontem, em primeiro turno, o projeto de lei (PLS 263/06) que anistia os emigrantes brasileiros que tiveram filhos em países fronteiriços, mas os registraram como se houvessem nascido no Brasil. A anistia terá duração de dois anos a partir da entrada em vigor da lei. Agora, o projeto terá de ser votado em segundo turno.

Augusto Botelho destaca posição privilegiada do Brasil na Antártica

Ao relatar sua participação na comitiva de senadores que, atendendo a um convite da Marinha, visitou na segunda quinzena de janeiro o continente da Antártica, o senador Augusto Botelho (PT-RR) destacou a posição privilegiada do Brasil na pesquisa científica e tecnológica mundial, caso haja futuramente uma exploração econômica do continente gelado.

Salientando a importância da presença brasileira no continente antártico, o parlamentar lembrou que lá são realizadas pesquisas em 13 áreas da ciência, entre elas a da alta atmosfera, circulação atmosférica, climatologia, biologia, glaciologia, astrofísica,



Augusto visitou continente antártico a convite da Marinha brasileira

ca, geomagnetismo e geofísica nuclear.

Augusto ressaltou que é grande o potencial econômico do continente antártico, especialmente pelos indícios da existência de minérios na região.

Presidente do Senado afirma que o crescimento do país e a melhoria das condições de vida da população constituem temas prioritários

Renan defende agenda do Senado e da Câmara “em prol do Brasil”

O presidente do Senado Federal, Renan Calheiros, defendeu ontem a elaboração de uma agenda comum, por Câmara e Senado, em prol do Brasil. Para ele, o crescimento do país e a melhoria das condições de vida da população são temas prioritários.

Renan disse ter conversado com o presidente da Câmara, deputado Arlindo Chinaglia, sobre a definição dessa agenda, que seria “uma agenda do país”. Informou também ter tratado do assunto com o presidente Luiz Inácio Lula da Silva.

O presidente do Senado negou que tenha abordado o tema da reforma ministerial em sua conversa. De acordo com Renan, o presidente da República está aguardando as conversas e indicações dos partidos que compõem a coalizão.

– A coalizão precisa ter um fundamento programático, uma direção, que é o crescimento do país, o combate à burocracia. O espaço na administração fede-



Renan conversa com Lula na solenidade de lançamento do programa de biotecnologia

ral tem de ser consequência da coalizão, depois de ter um fundamento programático – opinou o senador.

Renan Calheiros conversou com Lula durante a solenidade, no Palácio do Planalto, em que foi assinado o decreto lançando a Política de Desenvolvimento da Biotecnologia – iniciativa destinada a aplicar no setor, nos próximos dez anos, investimentos da ordem de R\$10 bilhões, em recursos públicos e privados.

Na solenidade, o presidente Lula salientou que o Brasil con-

solida sua presença na rota da inovação e não voltará a ser um supridor de matérias-primas para o mercado mundial.

O decreto assinado por Lula, ao lado de Renan e Chinaglia, define as bases para o desenvolvimento da biotecnologia e o fortalecimento da bioindústria. Lula destacou que seu objetivo é criar condições favoráveis para explorar, de forma sustentável, a rica biodiversidade brasileira e transformar o conhecimento científico em produtos e processos biológicos inovadores e competitivos.

Proposta muda regras do Fundo Partidário

Os quatro maiores partidos políticos do Congresso – PMDB, PT, PSDB e PFL – apresentaram ontem projeto de lei para dar nova regulamentação à repartição dos recursos do Fundo Partidário, que somam mais de R\$ 100 milhões por ano. A proposta (PL 84/07) prevê a destinação de 5% em partes iguais a todos os partidos registrados junto ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE) e dos demais 95% aos partidos na proporção dos votos obtidos na última eleição geral para a Câmara dos Deputados.

O projeto foi apresentado na Câmara pelos líderes dos quatro partidos, Henrique Eduardo Alves (PMDB-RN), Luiz Sérgio (PT-RJ), Antonio Carlos Pannunzio (PSDB-SP) e Onyx Lorenzoni (PFL-RS).

Segundo o líder do PSDB, senador Arthur Virgílio (AM), essa decisão foi tomada em reunião realizada na noite dessa quarta-feira com os líderes do PSDB, PMDB, PT e PFL na Câmara e no Senado. Na ocasião, ficou combinado que o início da tramitação seria na Câmara.

Virgílio explicou que o projeto de lei será simples, apenas disciplinando o parágrafo 3º do artigo 17 da Constituição, que estabelece “terem os partidos políticos direito aos recursos do Fundo Partidário e acesso gratuito ao rádio e à televisão, na forma da lei”. O senador lembrou que a fórmula que vigorava anteriormente destinava 1% dos recursos a serem repartidos igualmente entre todos os partidos políticos e os demais 99% somente entre aqueles com representação na Câmara.

Câmara acolhe indicação de Carreiro para ministro do TCU

O presidente do Senado, Renan Calheiros, comunicou ao Plenário que a Câmara dos Deputados aprovou ontem, por 346 votos a 23 e 19 abstenções, o projeto de decreto legislativo (PDS 01/07) que indicou o atual secretário-geral da Mesa do Senado, Raimundo Carreiro Silva, para o cargo de ministro do Tribunal

de Contas da União (TCU). Na quarta-feira, o Plenário do Senado aprovou por unanimidade (73 votos favoráveis) a indicação de Carreiro.

– Eu queria, com muita satisfação, comunicar que a Câmara acaba de aprovar o nome do doutor Raimundo Carreiro para o TCU. Além das virtudes que

todos nós conhecemos no ministro Raimundo Carreiro, essa é, sobretudo, uma homenagem ao corpo técnico do Poder Legislativo, especialmente do Senado Federal – afirmou Renan.

Bacharel em Direito, Raimundo Carreiro é maranhense e ingressou no Senado há 38 anos. Desde 1995 exerce o cargo

de secretário-geral da Mesa do Senado. Foi também vice-presidente do Conselho Consultivo da Anatel. Carreiro deve ocupar a vaga aberta com a aposentadoria do ministro Iram Saraiva.

Em dezembro do ano passado, a Câmara rejeitou a indicação do então senador Luiz Otávio (PMDB-PA) para a vaga.



Raimundo Carreiro: qualidades destacadas pelo presidente do Senado

Programa de crescimento será discutido quinta-feira na Comissão de Infra-Estrutura, que também pretende ir aos estados realizar debates com os governadores

Ministros vão explicar PAC e obras de metrô a senadores

A ministra da Casa Civil, Dilma Rousseff, aceitou convite da Comissão de Serviços de Infra-Estrutura (CI) para participar de audiência pública sobre o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). O debate se dará na próxima quinta-feira e foi sugerido pelo presidente da comissão, Marconi Perillo (PSDB-GO).

De acordo com o senador, a presença da ministra é fundamental para que os parlamentares conheçam os desdobramentos, as mudanças e os entraves do programa anunciado pelo presidente Lula no último dia 22. O PAC prevê investimentos de quase R\$ 504 bilhões até 2010, com o objetivo de fazer o país crescer 5% ao ano.

A CI também aprovou requerimento de Eduardo Azeredo (PSDB-MG) para que sejam convidados os ministros do Planejamento, Paulo Bernardo, e das Cidades, Márcio Fortes, com o objetivo de discutir a situação de obras do metrô em diversos estados.

Foi aprovado ainda requerimento do senador Flexa Ribeiro (PSDB-PA) para convidar a ministra do Meio Ambiente, Marina Silva, a governadora do Pará, Ana Júlia Carepa, e o procurador-geral da República, Antônio Fernando de Souza, além da ministra Dilma Rousseff, para debater a questão da usina hidrelétrica de Belo Monte (PA). Delcídio Amaral (PT-MS) disse que o debate sobre o projeto da hidrelétrica envolve ambientalistas e indigenistas desde o governo Fernando Henrique Cardoso, e lembrou que o debate já contou com a adesão até do cantor inglês Sting.

Descentralização

Marconi anunciou que pretende levar a comissão aos estados para discutir questões de infra-estrutura também com os governadores em todas as regiões brasileiras. O ex-presidente da CI, Heráclito Fortes (PFL-PI), aprovou a iniciativa.

Todos os senadores presentes à reunião, como Inácio Arruda (PCdoB-CE) e José Agripino (PFL-RN), manifestaram apoio à proposta de Marconi. Inácio Arruda argumentou que é fundamental discutir as desigualdades regionais no âmbito do programa.



Jane Araújo



Jane Araújo

Azeredo, entre Virgílio (E) e Flexa Ribeiro, propõe audiência sobre obras de metrô; Delcídio (à esquerda ao lado de Marconi, na segunda foto) defende debate sobre hidrelétrica no Pará

Mozarildo Cavalcanti

Volume de investimentos na Amazônia é pequeno

São muito poucos os investimentos previstos no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) para a região da Amazônia, na opinião do senador Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR).

Ao comentar sua reeleição para a presidência da Subcomissão Permanente da Amazônia, Mozarildo elogiou, em seu pronunciamento, a Campanha da Fraternidade deste ano, que tem como tema “Amazônia – Vida e Missão neste Chão”.

– É importante que a Igreja alerte para o fato de que a Amazônia deve permanecer brasileira – disse ele.

O senador adiantou que a subcomissão que preside irá se debruçar sobre o tema da biopirataria e manifestou sua intenção de “envolver a inteligência da Amazônia na discussão da Amazônia”, o que considera fundamental.

Em aparte, Gerson Camata (PMDB-ES) lamentou o fato de a duplicação de importantes rodovias no Espírito Santo também ter sido “deixada de lado” pelo programa.



Gerardo Magela

Romero Jucá

Ações do governo devem promover o desenvolvimento

O líder do governo, Romero Jucá (PMDB-RR), registrou 27 ações do governo previstas para Amazônia – algumas delas incluídas no Programa de Aceleração do Crescimento – que devem “alavancar o crescimento da região”.

Entre elas, o senador destacou a regularização fundiária em Roraima, com a titulação de áreas ocupadas e a fundação e implementação de pólos de desenvolvimento. Outra providência, informou, foi a demarcação de terras indígenas. Jucá ressaltou a melhoria da infra-estrutura para intercâmbio com a Venezuela, a retomada das obras da ponte Brasil-Guiana, a construção do anel viário de Boa Vista (já licitado) e do novo aeroporto da cidade (em obras); e, no PAC, obras de saneamento, abastecimento de água e drenagem, e a construção de casas populares.

Também foram citadas a construção do gasoduto Brasil-Venezuela, a extensão do Programa Luz para Todos e a implantação de projetos de exploração sustentável das florestas.



Gerardo Magela

Mário Couto

Cobrança de execução das obras será diária

Mário Couto (PSDB-PA) disse que vai cobrar diariamente as obras prometidas ao Pará e relacionadas no Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). Ele assinalou que as eclusas de Tucuruí, a rodovia Transamazônica, a hidrelétrica de Belo Monte e a rodovia Santarém-Cuiabá são empreendimentos necessários ao desenvolvimento do estado.

Para isso, Mário Couto solicitou a ajuda de Romero Jucá, que se colocou na condição de parceiro na luta por essas obras. Jucá frisou que, para a Amazônia, não basta apenas o PAC. “É preciso também a integração da Amazônia com o resto do Brasil, que significa o desenvolvimento auto-sustentado.”

Mário Couto afirmou ainda que o povo paraense orgulha-se de ter sido governado por Almir Gabriel e Simão Jatene, e desejou à nova governadora, Ana Júlia Carepa, uma boa administração. Em aparte, Marco Maciel (PFL-PE) disse que o Pará tem excelentes quadros e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) salientou que o estado espera há décadas pelas obras citadas.



Gerardo Magela

Expedito Júnior

Programa é marco político para o crescimento do país

Em seu primeiro discurso em Plenário, o senador Expedito Júnior (PR-RO) manifestou apoio ao Programa de Aceleração do Crescimento. Na sua opinião, o PAC é um marco político para o crescimento do país e o Senado terá papel fundamental em seu aprimoramento.

Segundo Expedito, “mesmo as poucas críticas dirigidas ao PAC o avalizam como um programa de desenvolvimento consistente”.

– O governo tomou uma atitude acertada ao apontar a infra-estrutura como mola mestra do crescimento do país – avaliou.

Expedito também parabenizou os senadores Renan Calheiros (PMDB-AL) e José Agripino (PFL-RN) pelo “elevado nível” da disputa à Presidência do Senado, ocorrida no início de fevereiro.

Além de agradecer os votos recebidos do eleitorado de Rondônia, Expedito conclamou os outros dois senadores pelo estado, Fátima Cleide (PT) e Valdir Raupp (PMDB), a auxiliarem o governo de Ivo Cassol.



Roosevelt Pinheiro

Arthur Virgílio

PSDB não torcerá contra plano, mas fará análise rigorosa

O líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que o partido não se negará a votar de pontos positivos do Programa de Aceleração do Crescimento, mas que analisará com rigor as prováveis conseqüências das medidas.

– Embora na oposição, o partido não está torcendo contra o governo. Queremos um debate civilizado. Por exemplo: estamos estudando com muita atenção a utilização de recursos do FGTS em investimentos de risco.

Entre os aspectos positivos, Virgílio citou a discussão de uma nova lei de concorrências, a constatação de que é preciso investir em infra-estrutura e a decisão de se aprovar uma lei para as agências reguladoras – embora ele considere “muito ruim” o projeto que tramita na Câmara. Como ponto negativo, mencionou o “viés estatista e estatizante expresso na retomada do controle do Estado sobre todo o setor de energia”, e observou que, dos cerca de R\$ 500 bilhões previstos para investimentos, só R\$ 66 bilhões estão garantidos pelo Estado.

– Para que o setor privado invista, é preciso mais segurança jurídica – advertiu o senador.

Em aparte, Eduardo Suplicy (PT-SP) chamou a atenção para indicadores macroeconômicos favoráveis. Virgílio atribuiu boa parte do quadro favorável à continuidade das políticas do governo FHC e a “reformas que amadureceram”.



Edison Lobão

Estudo aponta principais entraves ao crescimento

Edison Lobão (PFL-MA) comentou análise feita pela revista *Exame* sobre os maiores obstáculos ao crescimento da economia brasileira. O senador disse que o estudo aponta as deficiências macroeconômicas, as carências na infra-estrutura, a informalidade e a precariedade dos serviços públicos – com destaque para a insegurança jurídica e o excesso de burocracia – como barreiras que respondem por dois terços das diferenças de renda entre Brasil e Estados Unidos.

– Um relatório recém-divulgado pelo Banco Mundial mostra que as empresas brasileiras precisam de quatro vezes mais funcionários do que a média mundial para administrar o pagamento correto de impostos, que atingem 38% do PIB nacional – comparou.

O relatório da *Exame* foi elaborado a partir de dados e opiniões de dezenas de especialistas brasileiros e estrangeiros, e ocupou quatro edições consecutivas da revista, de agosto e setembro de 2006. Lobão assinalou que o estudo também apresenta propostas para superar o entrave econômico por meio de um “plano de país que exigiria indefinida continuidade”.

– O Programa de Aceleração do Crescimento não pôde acolher muitas das sugestões alvitadas pelo estudo, mas seguramente recebeu sua influência para as decisões finais – acrescentou.



Senador nega promoção de diplomatas por afinidade ideológica e existência de uma “biblioteca básica para alinhamento do pensamento” no ministério

Suplicy contesta acusações de ex-embaixador contra Itamaraty

Eduardo Suplicy (PT-SP) contestou em Plenário as acusações de que haveria doutrinação ideológica e promoção de diplomatas por afinidade ideológica no Ministério das Relações Exteriores. As denúncias foram feitas por Roberto Abdenur, ex-embaixador do Brasil nos Estados Unidos.

Segundo o parlamentar, há vários exemplos que contradizem as afirmações de Abdenur. Ele destacou a resposta dada pelo ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, na qual este cita uma lista de diplomatas que já atuavam durante o governo Fernando Henrique Cardoso e que foram promovidos na atual gestão do Itamaraty. Entre estes estariam o ex-ministro da pasta Celso Lafer e Otto Agripino Maia, irmão de José Agripino (RN), líder do PFL no Senado.

Suplicy também contestou a



Fotos: Roosevelt Pinheiro

Suplicy: promoção de antigos diplomatas seria exemplo que contradiz denúncias

acusação de que há uma “bibliografia básica para alinhamento do pensamento”, composta de quatro obras, no Ministério das Relações Exteriores. Conforme o senador, um desses livros, de autoria de Álvaro Lins, contém a biografia e a história política do Barão do Rio Branco; outro é o *Pensamento econômico brasileiro*, do econo-

mista Ricardo Bielschowsky, que, segundo Suplicy, foi recomendado por Celso Furtado e Roberto Campos. Este último teria afirmado – destacou o parlamentar – que o livro de Bielschowsky é “erudito, objetivo e correto”, além de ser “referência indispensável, por sua análise balanceada e percuciente das controvérsias ideológicas da época”.

Já a obra *Conflito e integração na América do Sul*, de Luiz Alberto Moniz Bandeira, também contaria com elogios de Roberto Campos e, ainda, de Rubens Ricupero e do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso; enquanto *Chutando a escada – A estratégia do desenvolvimento em perspectiva histórica*, de Ha-Joon-Chang, teria sido elogiado pelo professor Charles Kindelberg, do Massachusetts Institute of Technology (MIT).

Lúcia Vânia agradece indicação para líder da Minoria no Senado

A senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) agradeceu ontem em Plenário aos membros de seu partido e do Partido da Frente Liberal pela sua indicação para líder do Bloco da Minoria no Senado.

– Este é um cargo de muita responsabilidade para o qual pretendo me dedicar com afinco. Estarei representando partidos que ocupam um espaço de destaque no Senado ao fazerem uma oposição séria e responsável ao atual governo – assinalou a parlamentar.

Lúcia Vânia manifestou sua certeza de que neste ano, com a presença de novos parlamentares,



Senado deverá desenvolver trabalho ético com novos parlamentares, diz Lúcia Vânia

o Senado deverá desenvolver um trabalho ético, sério e respeitoso, de acordo com os anseios da sociedade brasileira.

PFL passa a se chamar Partido Democrata

O Partido da Frente Liberal (PFL) vai mudar de nome. Passará a se chamar Partido Democrata (PD). A decisão foi tomada por unanimidade ontem pela Executiva Nacional do partido, reunida em Brasília. A mudança depende agora da ratificação da convenção do partido, marcada para 28 de março.

Além de aprovar a troca do nome, a Executiva Nacional do PFL, sob a presidência do ex-senador Jorge Bornhausen, também decidiu dissolver a composição dos diretórios estaduais, municipais e nacional.

Valdir Raupp pede construção de hidrelétricas no rio Madeira

O líder do PMDB no Senado, Valdir Raupp (RO), defendeu ontem em Plenário a construção das usinas hidrelétricas de Belo Monte, no Pará, e Santo Antônio e Jirau, em seu estado. As hidrelétricas, localizadas no rio Madeira, ao agregarem mais de 6 mil megawatts ao sistema elétrico nacional, deverão viabilizar o desenvolvimento econômico

e social almejado pelo governo através do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC).

– Com essas usinas, a região Norte finalmente estará interligada ao sistema elétrico nacional. Essa interligação, por sua vez, permitirá substituir a geração termelétrica a óleo combustível, que é poluidora e mais cara – disse.

Ressaltando o fato de a energia

produzida nas termelétricas da região amazônica ser subsidiada com verbas públicas, Raupp observou que a construção das usinas no rio Madeira permitirá a eliminação de tais auxílios governamentais, com reflexo direto nas contas de luz no país e, indireto, nos índices de inflação.

Outro benefício apontado por Raupp com as usinas hidrelé-

tricas seria a viabilização da hidrovia do rio Madeira, cujos 1.396 quilômetros poderão se tornar integralmente navegáveis e vir a fazer parte de uma malha hidroviária que pode chegar a mais de 4,2 mil quilômetros.

Os senadores Leomar Quintanilha (PMDB-TO), Mário Couto (PSDB-PA) e Flexa Ribeiro (PSDB-PA) apoiaram Raupp.



Usinas irão interligar região Norte ao sistema elétrico nacional, ressalta Raupp

De acordo com o senador, proposta de integrantes do PT que será submetida ao congresso do partido pretende eliminar o papel do Legislativo de autorizar consultas populares

Efraim condena proposta que dá a Lula poder de convocar plebiscito

O senador Efraim Morais (PFL-PB) alertou, em pronunciamento feito ontem, para a pretensão manifestada por parte de integrantes do PT paulista, ligados à ex-prefeita de São Paulo Marta Suplicy, de apresentar proposta que dá ao presidente da República o direito de convocar plebiscitos sem autorização do Legislativo.

A medida deverá ser submetida ao III Congresso do PT. Pela lei em vigor, a realização de plebiscitos e referendos precisa passar pelo Legislativo. Para Efraim, a proposição dos petistas objetiva, na realidade, a obtenção de um terceiro mandato para o presidente Lula.

– Esse fato demonstra o que já era esperado: tal como Hugo



Roosevelt Pinheiro

“O Congresso seria peça decorativa. Espero que Lula repila a proposta”, apela Efraim

Chávez, Lula passaria a exercer a “democracia direta” e o Congresso passaria a ser uma peça meramente decorativa. Espero que Lula repila essa proposta – declarou.

Na opinião do senador, não

obstante haver um instrumento constitucional utilizado com frequência pelo presidente, como é o caso das medidas provisórias, com a nova proposta do PT o partido do governo demonstra que realmente pretende reduzir a atuação da oposição, criando plebiscitos para legitimar seus atos, sem que estes passem pelo exame do Parlamento.

– Querem criar uma lei que concede poderes irrestritos ao presidente da República? O que Lula tem a dizer sobre isso? Ele já manifestou que não deseja um novo mandato, mas, diante dessa proposta, “de democracia bolivariana”, ele ainda não se pronunciou. Se calar, consente – observou Efraim.

Para ACM, atitude de grupo petista demonstra desprezo pelo Legislativo

Ao comentar ontem em Plenário matéria publicada no jornal *O Estado de S. Paulo*, o senador Antonio Carlos Magalhães (PFL-BA) criticou a proposta de um grupo de parlamentares petistas que defende o direito de o presidente da República convocar consultas populares sem autorização do Congresso Nacional.

– Parlamentares do Partido dos Trabalhadores defendem que o presidente da República passe por cima, ignore, rasgue mais um mandamento constitucional: aquele que determina que a convocação de plebiscito é compe-

tência exclusiva do Congresso – protestou.

Tachando o grupo de petistas de antidemocratas, Antonio Carlos considerou “uma clara demonstração de desprezo pelo Poder Legislativo” o fato de o governo federal editar medidas provisórias para “questões comezinhas”, negociar conflitos salariais diretamente com os sindicatos sem a participação do Congresso Nacional e também “imiscuir-se em atividades da Câmara dos Deputados a ponto de gerar escândalos como os do mensalão e do valerioduto”.



Roosevelt Pinheiro

ACM critica a edição de medidas provisórias para “questões comezinhas”

Antonio Carlos fez um apelo ao presidente da República para que respeite o Legislativo.

– Se o presidente considera importante ao país conhecer a vontade popular sobre determinado tema, ele que solicite ao Congresso Nacional a devida autorização – aconselhou.

Camata: nova indústria amplia emprego no ES

Gerson Camata (PMDB-ES) cumprimentou o governador do Espírito Santo, Paulo Hartung, pela inauguração, na quarta-feira, de uma unidade da Prysmian Cabos e Sistemas, em São Torquato, município de Vila Velha. Ele informou que a empresa fabricará os chamados cabos umbilicais, que são utilizados em plataformas marítimas de petróleo. O empreendimento



Geraldo Magela

Camata explica que empresa fabricará os chamados cabos umbilicais

gerou 300 empregos diretos em sua fase de construção e abrirá 80 postos de trabalho quando estiver em pleno funcionamento.

– Esses cabos unem a plataforma marítima ao poço de petróleo. Eles têm de cinco a sete

quilômetros de comprimento, podendo atingir em alguns casos até dez quilômetros, e pesam até 250 toneladas. Os cabos deixam a plataforma, mergulham verticalmente no mar até dois quilômetros de profundidade e, pousados no fundo, estendem-se até o poço, que pode estar a cinco ou sete quilômetros de distância, para controlar a abertura das válvulas que permitem extrair o petróleo – explicou.

O empreendimento custou R\$ 80 milhões, dos quais R\$ 28 milhões foram financiados pelo Banco de Desenvolvimento do Espírito Santo (Bandes).

José Maranhão cobra resposta do Executivo à crise do setor aéreo

Ao abordar a crise do setor aéreo no Brasil, o senador José Maranhão (PMDB-PB) cobrou ontem do Poder Executivo soluções rápidas para fazer frente àquilo que disse considerar o resultado de “décadas de descaso e descuido”. Ele lembrou que, mesmo antes do acidente com o Boeing da Gol, em setembro do ano passado, a crise da Varig já vinha alertando para a necessidade de se discutirem os conflitos institucionais que envolvem os diversos órgãos e a falta de prioridade atribuída ao setor.

Para o senador, em relação à crise atual, não houve treinamento de pessoal condizente com a demanda por serviços, entre muitos outros problemas. José Maranhão assinalou que a população brasileira sempre acreditou que voava “em céu de brigadeiro”. No entanto, afirmou ele, há anos que relatórios oficiais clamam por providências e apontam para a precariedade dos equipamentos utilizados e para o reduzido número de controladores.

O treinamento leva tempo, ressaltou o senador, e, enquanto não se efetuam novas contratações, o setor, com demanda crescente, não pode parar. Como resultado, a jornada de trabalho extrapola os limites definidos em lei e os riscos de erros aumentam. Além disso, ele acrescentou que os salários, aviltados pelas políticas vigentes



Roosevelt Pinheiro

José Maranhão observa que há anos relatórios clamam por providências

para o setor público, não oferecem incentivos a novos candidatos.

José Maranhão salientou ainda que, mundialmente, o transporte aéreo vem sendo objeto de desregulamentação, tema que, como observou, provoca acalorados debates no país. O senador disse que a ideia de privatização e de desmilitarização do setor, particularmente do controle do tráfego, “é ainda difícil de digerir pela maioria das autoridades”.

– A desmilitarização foi exacerbada pela criação da Anac.

Qualidade

Apesar de toda a crise, José Maranhão destacou que o Brasil sempre teve a satisfação de figurar entre os dez países com maior segurança de voo e de melhor indústria aeronáutica e frisou que a Embraer é uma das três maiores do mundo no setor. O senador também chamou a atenção para a qualidade dos profissionais que atuam na área.

Viana anuncia medidas no caso de menino queimado por munha

Tião Viana (PT-AC) anunciou ontem as providências que estão sendo tomadas pelo Ministério Público do Distrito Federal e pela Defensoria Pública da União no caso de Moisés de Souza Soares, de 4 anos, que sofreu queimaduras de 1º, 2º e 3º graus, além de mutilação dos dedos do pé e da mão esquerdos. O acidente ocorreu quando o menino se dirigia a um campo de futebol e pisou sobre munha de carvão (material altamente inflamável que serve de combustível para fornos que fabricam cimento) depositado no terreno vizinho pela fábrica Cimento Planalto, em Sobradinho II, no Distrito Federal.

– Moisés Soares foi vítima da ganância de uma empresa. Precisamos cobrar responsabilidade socioambiental das empresas para evitarmos tragédias como essa, apesar da fragilidade da lei. O Estado não pode ficar omissos diante de um caso como esse



Moreira Mariz

Tião Viana: “Moisés Soares foi vítima da ganância de uma empresa”

– afirmou.

Tião Viana disse que o Ministério Público do DF, a Defensoria Pública da União e a Secretaria Nacional de Direitos Humanos já tomaram as providências para ajuizar ações por danos físicos e morais, inicialmente convocando a família para esclarecer as medidas legais necessárias.

O senador Eduardo Suplicy (PT-SP), em aparte, manifestou solidariedade ao menino vitimado e a Tião Viana.

Área de ciência e tecnologia eleva para 11 as comissões permanentes

Com a criação da Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), na quarta-feira, o Senado passa a ter 11 comissões permanentes. A aprovação do projeto de resolução, de iniciativa do senador Valdir Raupp (PMDB-RO), retirou da Comissão de Educação (CE) uma das suas quatro subcomissões – a de Ciência e Tecnologia. Outra subcomissão – a de Cinema, Teatro, Música e Comunicação Social – teve reduzidas suas atribuições, passando a ser chamada apenas de Subcomissão de Cinema, Teatro e Música.

Composta por 17 membros titulares e igual número de suplentes, a nova comissão tem várias atribuições, entre elas a de opinar sobre os seguintes temas: desenvolvimento, organização institucional, política nacional, regulamentação e questões éticas do setor; além de propriedade intelectual e acordos de cooperação e inovação com outros países e organismos internacionais.

Também estão entre as suas competências assuntos relacionados à comunicação, imprensa, radiodifusão, televisão, outorga e renovação de concessão, permissão e autorização para serviços de radiodifusão.

Compõem ainda suas atribuições assuntos relacionados às criações científicas e tecnológicas, informática, atividades nucleares de qualquer natureza, transporte e utilização de materiais radioativos, bem como estímulo à pesquisa e tecnologia.

Para Valdir Raupp, a nova comissão vai engrandecer o trabalho do Senado e dar o destaque necessário que os setores de ciência e tecnologia, comunicação e informática merecem.

– As áreas de ciência e tecnologia, bem como a de comunicação, estavam muito apagadas na Comissão de Educação, embora sejam temas importantes, pois discutem questões do dia-a-dia,



Wellington Salgado sugere política de proteção ao setor de radiodifusão

como TV digital, pólo digital, produção de semicondutores, e outros – explicou Raupp à Agência Senado.

Presidência

A comissão, que deverá ser instalada oficialmente já na próxima semana, terá como presidente e vice-presidente, respectivamente, Wellington Salgado (PMDB-MG) e Marcelo Crivella (PRB-RJ).

Em entrevista à Agência Senado, Wellington afirmou acreditar que a CCT terá atuação mais importante do que a da própria Comissão de Educação, pois, mesmo quando era vinculada à CE, já vinha se destacando bastante. Para ele, o Brasil está enfrentando grande problema na área da convergência das telecomunicações com a radiodifusão – setores que absorvem juntos R\$ 120 bilhões anualmente em faturamento e demandam, portanto, um fórum de discussão mais específico.

– Se não houver uma política de proteção à radiodifusão, vamos ter um problema sério. Aí entra a importância de uma comissão específica para lidar com esse tema, que, na minha opinião, não deve ser tratado no âmbito de uma subcomissão, como era, enquanto vinculada à Comissão de Educação.

Wellington afirmou que sua escolha para dirigir a CCT se deveu a dois fatores: ter presidido a CE em 2006 e ser suplente do senador Hélio Costa, licenciado do cargo desde quando assumiu o Ministério das Comunicações.

Projeto que prevê incentivos para empresas que ampliem o período do benefício, atualmente de quatro meses, será debatido em audiência pública

Comissão examina aumento da licença-maternidade para 6 meses

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) aprovou ontem requerimento da senadora Patrícia Saboya (PSB-CE) para realização de audiência pública destinada a debater o projeto de lei de sua iniciativa que amplia de quatro para seis meses a licença-maternidade.

A extensão do benefício seria viabilizada mediante incentivos fiscais às empresas. O debate sobre o projeto, que cria o programa Empresa Cidadã, será feito em conjunto com as comissões de Assuntos Sociais (CAS) e de Educação (CE), no dia 21 de março.

Patrícia Saboya argumentou que a proposta tem como objetivo corrigir distorção, uma vez que os programas sociais de saúde pública sempre informam sobre



Objetivo da proposta de Patrícia Saboya é garantir maior período de aleitamento

a importância do leite materno e incentivam as mulheres a amamentarem os filhos até os seis meses de idade. Ela observou que o Brasil gasta cerca de R\$ 300 milhões a cada ano com tratamentos de doenças respirató-

rias, enfermidades que, segundo ela, poderiam ser evitadas com a amamentação.

Cristovam Buarque (PDT-DF) ressaltou que a problemática infantil não é uma questão apenas de direitos humanos, mas também de interesse econômico.

Paulo Paim (PT-RS), presidente da CDH e relator da matéria, destacou que recebe muitos telefonemas de pessoas interessadas em saber quando ela será aprovada.

Para discutir a proposta (PLS 281/05), serão convidados, entre outros, os presidentes da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Armando Monteiro Neto, e da Confederação Nacional do Comércio (CNC), Antonio de Oliveira Santos. Outra audiência está prevista para a discussão do assunto com representantes dos trabalhadores e da área de saúde.

CDH pode ajudar na melhoria da vida do brasileiro

Durante a reunião da Comissão de Direitos Humanos, os senadores ressaltaram que a atividade do colegiado poderá contribuir para melhorar as condições de vida da população brasileira.

Na opinião do presidente da CDH, senador Paulo Paim (PT-RS), assegurar os direitos humanos significa oferecer qualidade de vida às pessoas. Nesse sentido, disse, as injustiças sociais devem ser combatidas, tanto no Brasil como no exterior. Para ele, a maior preocupação de todo político deve ser com as pessoas.

O vice-presidente da comissão, Cícero Lucena (PSDB-PB), observou que o colegiado pode contribuir para tornar o país mais justo. Geraldo Mesquita Júnior



Paulo Paim (D), ao lado de Cícero Lucena, defende combate às injustiças sociais

(PMDB-AC) afirmou que, ao discutir temas como exploração de menores, abuso sexual de crianças e adolescentes e trabalho escravo, a CDH está se constituindo em uma das comissões mais relevantes do Senado.

Na mesma reunião, foi aprovada, por sugestão de Paulo Paim,

a criação da galeria dos ex-presidentes do colegiado, que ficará na sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho. Com a galeria, assinalou o parlamentar, a comissão passará a assegurar um espaço exclusivo para as suas reuniões, que serão realizadas todas as quintas-feiras, a partir das 9h.

Maciel destaca posse de José Jorge no comando de empresa de energia

Marco Maciel (PFL-PE) saudou em Plenário a posse do ex-senador José Jorge (PFL-PE) na presidência da Companhia Energética de Brasília (CEB). Ao homenagear o correligionário, Maciel fez uma retrospectiva da atuação de José Jorge nos meios acadêmico e político.

O senador lembrou as gra-

duações do novo dirigente da CEB em engenharia mecânica e economia, pelas universidades Federal (UFPE) e Católica de Pernambuco (Unicap), instituições das quais é professor licenciado.

A trajetória de José Jorge na vida pública iniciou-se, segundo recordou Maciel, nos cargos de

secretário de Habitação e de Educação de Pernambuco, exercidos entre as décadas de 1970 e 90.

O parlamentar assinalou os quatro mandatos de José Jorge como deputado, entre 1983 e 98, e a sua chegada ao Senado. Na Casa, observou, José Jorge atuou com destaque na relatoria de projetos como o da Lei de

Diretrizes e Bases da Educação (LDB), do Fundef, do Fundeb e da reforma do Judiciário. Licenciou-se do mandato de senador, entre 2001 e 2002, para exercer o cargo de ministro de Minas e Energia. Maciel recebeu apertes dos peemedebistas Romero Jucá (RR), Gerson Camata (ES) e Mão Santa (PI).



Maciel lembra que José Jorge relatou projetos importantes no Senado

Episódio que vitimou uma criança no Rio de Janeiro motivou senador a se pronunciar e alertar para o “quadro que tem relação com o descaso do poder público pela educação”

Cristovam apela ao Congresso por um “basta” à violência

Em vez de sanguessuga e mensalão, o senador Cristovam Buarque (PDT-DF) sugeriu o “basta” como palavra de ordem da atual legislatura. Seu desabafo foi motivado pela violência sofrida por uma família do Rio de Janeiro que, ao ter o carro roubado, na quarta-feira, assistiu o menino João Hélio Fernandes, de 6 anos, ser arrastado até a morte na fuga dos criminosos.

– É preciso o Congresso, unido, gritar ‘basta’ à tragédia que estamos vivendo em nosso país – defendeu.

Embora não responsabilize o presidente Lula pelos episódios de violência, Cristovam atribui a ele falta de sensibilidade para



Cristovam atribui ao presidente Lula falta de sensibilidade para tratar a questão

tratar a questão.

– Só vemos convocação de ministério quando há problema na economia – afirmou, sustentando que esse quadro tem relação com

o descaso do poder público com a educação básica. Sua preocupação teve o apoio dos senadores Marcelo Crivella (PRB-RJ), Mão Santa (PMDB-PI), Romeu Tuma (PFL-SP) e Wellington Salgado (PMDB-MG).

Em resposta ao apelo de Cristovam, o presidente do Senado, Renan Calheiros, informou ter convocado uma reunião de líderes partidários, a se realizar na próxima terça-feira, para discutir uma agenda para o país. Segundo Renan, o Congresso precisa dar a resposta que a sociedade está a cobrar. A questão também deve ser tratada com o presidente da Câmara dos Deputados, Arlindo Chinaglia.

Malta quer reduzir maioria penal para crimes hediondos

Ao tecer considerações sobre o crime cometido por assaltantes na última quarta-feira, no Rio de Janeiro, que vitimou o menino João Hélio Fernandes, o senador Magno Malta (PL-ES) pediu apoio para a Proposta de Emenda à Constituição 90/03, da qual foi o primeiro signatário, que reduz a maioria penal para 13 anos, em caso de crimes hediondos.

O senador culpou o Parlamento por não oferecer instrumentos capazes de garantir aos cidadãos que crimes desse teor sejam efetivamente punidos pela Justiça. Ele avalia que, para conter a onda de criminalidade, seria necessário,

inclusive, estabelecer pena de prisão perpétua para quem cometer o crime de tráfico de drogas.

Malta convocou a sociedade brasileira a cobrar das autoridades locais, estaduais e federais uma política efetiva de segurança pública, além de defender a construção de presídios pela iniciativa privada e a unificação das polícias. Ele mencionou a prisão de 20 adolescentes, entre dez e 17 anos, na região metropolitana de Vitória (ES), por assalto e tráfico de drogas, alguns com idade entre dez e 12 anos, portando armas e com prisões anteriores por roubo. Para o senador, esses meninos



Magno Malta culpa Parlamento por não oferecer instrumentos para punir crimes

não são, como muitos julgam, aliados pelo tráfico, mas “são o próprio tráfico” e merecem ser julgados como adultos.

Em apartes, os senadores Almeida Lima (PMDB-SE), Mão Santa (PMDB-PI) e Augusto Botelho (PT-RR) também se pronunciaram sobre a violência no país.

Voto de pesar para família de menino morto no Rio

Marcelo Crivella (PRB-RJ) apresentou ontem requerimento de voto de pesar a ser encaminhado à família de João Hélio Fernandes. O menino de seis anos morreu na quarta-feira, no Rio de Janeiro, ao ser arrastado pelas ruas por sete quilômetros entre os bairros de Cascadura e Oswaldo Cruz no carro de sua mãe, Rosa Cristina Fernandes, que foi roubado. Sem conseguir fugir, e preso pelo cinto de



“Todos nos esfacelamos junto com esse garoto”, afirmou Marcelo Crivella

segurança, João teve o corpo desfigurado, de acordo com relato de Crivella.

– Todos nos esfacelamos junto com esse garoto – afirmou o senador.

Diante do comentário feito

pelo senador Almeida Lima (PMDB-SE), de que esses crimes são conseqüências de políticas de segurança equivocadas do governo federal – e particularmente dos acordos entre o presidente Lula e o governador do Rio de Janeiro, Sérgio Cabral (PMDB) –, Crivella disse “assumir a sua parcela de culpa”, mas observou que responsabilizar o atual governo “é um caminho muito curto” para se chegar a um diagnóstico da situação.

O senador também mostrou-se revoltado com o abuso de drogas, a violência dos bailes funks e a intolerância com as religiões.

Osmar Dias sugere debate sobre a crise no ensino brasileiro

Ao registrar que o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) – levantamento realizado pelo Ministério da Educação para avaliar a educação básica nacional – constatou mais uma queda no desempenho dos alunos que se submeteram ao teste, o senador Osmar Dias (PDT-PR) sugeriu ao presidente da Comissão de Educação (CE), senador Cristovam Buarque (PDT-DF), a realização de um debate para verificar o que o Senado pode fazer para reverter a tendência de piora na qualidade do ensino.

O Enem apresentou o pior desempenho médio desde 2002. Na avaliação de Osmar Dias, o mais grave é que o número de estudantes matriculados medido em 2006 caiu em 530 mil, comparado com 2005. Ele alertou que estes 530 mil jovens entre 15 e 17 anos que estão fora das salas-de-aula não deixaram o estudo para trabalhar, já que o crescimento do emprego em 2006 foi negativo, com relação a 2005. Foram criados 317.493 empregos a menos no ano passado.

Osmar Dias lembrou que a queda na qualidade do ensino e a evasão escolar estão condenando esses alunos a ingressarem no mercado de trabalho apenas em



Osmar Dias ressalta queda no desempenho dos alunos no Enem

postos que não exijam qualificação. Outras conseqüências, acrescentou, são o crescimento da criminalidade, o aumento do desemprego e do emprego informal e o de baixa qualidade.

Em aparte, Cristovam Buarque aceitou a sugestão de Osmar Dias e marcou para a próxima terça-feira uma reunião na CE onde o assunto será debatido. Cristovam classificou o resultado como uma tragédia educacional e o considerou tão grave quanto uma inundação, um terremoto ou um tsunami. Ele criticou o presidente Lula por ainda não ter tomado uma atitude sobre o assunto. Já o senador Mão Santa (PMDB-PI) opinou que as escolas públicas “estão uma lástima”.

Mão Santa destaca desempenho de escola do Piauí no Enem

O primeiro lugar obtido pelos alunos do Instituto Dom Barreto no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) de 2006 foi tema do discurso feito ontem pelo senador Mão Santa (PMDB-PI). A escola tem sede em Teresina, capital do Piauí. Tanto Mão Santa como Heráclito Fortes (PFL-PI) apresentaram requerimentos de voto de aplauso para o instituto.

Mão Santa ressaltou que o desempenho da escola foi matéria de capa do jornal *O Globo* de ontem, que veiculou a manchete “Enem: Piauí tem a melhor escola do país”. O parlamentar ressaltou também que o Instituto Dom Barreto é uma instituição particular.

– Que beleza e que decepção – disse o senador, referindo-se, no último caso, à notícia do jornal *O Estado de S. Paulo*, também de ontem, de que o “ensino brasileiro piorou”.

De acordo com essa matéria, o desempenho médio dos estudantes no Enem do ano passado foi o pior desde 2002. O texto afirma ainda que, conforme levantamen-



Mão Santa só lamenta que escola destacada seja uma instituição privada

tos do Ministério da Educação, os alunos estão terminando o ensino médio “com o conhecimento que deveriam ter na 8ª série do ensino fundamental – isso quando terminam”.

– O ensino piorou. Aquela [o Instituto Dom Barreto] é uma escola privada – declarou o parlamentar, ao criticar a situação atual do ensino básico público.

Após o discurso de Mão Santa, o senador Heráclito Fortes parabenizou os diretores e os alunos do Instituto Dom Barreto pelo resultado no Enem.